

RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.776 - RS (2018/0280564-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A.
ADVOGADO : RENÊ BERGMANN ÁVILA E OUTRO(S) - RS024587

DECISÃO

TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PARTICULARIZAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. RETENÇÃO DE MERCADORIA. LIBERAÇÃO CONDICIONADA AO PAGAMENTO DE TRIBUTO DECORRENTE DE RECLASSIFICAÇÃO FISCAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela FAZENDA NACIONAL em face de acórdão de lavra do TRF da 4a. Região, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESPACHO ADUANEIRO. RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS. RETENÇÃO DAS MERCADORIAS. Não se admite que a autoridade aduaneira condicione o desembaraço aduaneiro ao pagamento de tributos decorrentes da reclassificação fiscal das mercadorias. Precedente.

2. Sustenta, em suma, que inexistiu qualquer ilegalidade ou abuso na atuação da autoridade fiscal.

3. Parecer do MPF às fls. 215/216.

4. É o relatório.

5. Da leitura das razões recursais, percebe-se que a parte recorrente deixou de particularizar o dispositivo de lei federal alegadamente ofendido pelo Tribunal de origem, o que atrai a incidência, por analogia, da Súmula 284/STF, segundo a qual *é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

6. Ainda que assim não fosse, percebe-se que o acórdão se alinhou com a jurisprudência consolidada deste STJ no sentido de que *o Fisco não pode utilizar-se da retenção de mercadoria importada como forma de impor o recebimento da diferença de tributo ou exigir caução para liberar a mercadoria. Aplicação analógica da Súmula 323 do STF* (REsp. 1.333.613/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 22.8.2013). No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. RETENÇÃO DE MERCADORIA COMO MEIO COERCITIVO PARA O PAGAMENTO DE TRIBUTO. IMPOSSIBILIDADE.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - O acórdão recorrido está em confronto com orientação desta Corte, segundo a qual considera ilegítima a retenção de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributo.

III - A Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Agravo Interno improvido (AgInt no REsp. 1.499.979/CE, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 29.6.2016).

7. Incide, pois, por analogia, a Súmula 83/STJ.
8. Ante o exposto, não se conhece do Recurso Especial da FAZENDA NACIONAL.
9. Publique-se.
10. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

MINISTRO RELATOR

